

O truque que o Brasil quer aplicar nos credores

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, já encontrou uma maneira de evitar o rebaixamento do País para a categoria de "mau pagador", sem suspender a moratória, sem efetuar nenhum pagamento prévio e sem ter de apressar as negociações. A saída, é depositar, em regime de caução, na agência de um banco internacional neutro, o "pagamento simbólico" de parte dos juros da dívida, exigido pelas autoridades monetárias norte-americanas, antes que se esgote o prazo legal no próximo dia 26.

Essa idéia foi comunicada em audiência ontem pelo ministro da Fazenda ao presidente e ao relator da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e ao senador Ronan Tito (PMDB-MG). Ao final do encontro, Chiarelli explicou que, com o regime de caução, o dinheiro "não seria entregue aos bancos credores". Para o senador, além de evitar o rebaixamento do Brasil, a caução tem a vantagem de não descaracterizar a moratória, permitindo que as negociações prossigam "sem mais nenhuma pressa de prazos urgentes".

Assessores de Bresser informaram que o dinheiro do pagamento simbólico não ficaria completamente indisponível aos bancos credores. Revelaram que eles poderiam sacá-lo, desde que cumprissem condições mínimas a serem exigidas pelo Brasil. Os auxiliares informaram que as condições estão sendo apresentadas pela missão de renegociação que está em Nova York.

Já o senador Chiarelli informou que, segundo as explicações do ministro da Fazenda, o valor a ser pago seria "mínimo e pouco significativo, para não afetar o nível das reservas cambiais brasileiras". O presidente da Comissão da Dívida disse que o ministro não revelou qual seria o valor mínimo. No Ministério da Fazenda, a quantia de US\$ 400 milhões é apontada como a ideal, porque corresponde a 10% do total de juros que o Brasil deixará de pagar este ano, e também do atual nível das reservas.

O presidente da Comissão da Dívida informou que nenhum outro pagamento seria feito após o simbólico. Isso também evitaria a descaracterização da moratória, pela volta da continuidade dos pagamentos.

Chiarelli revelou que o ministro da Fazenda trabalha com a possibilidade de não efetuar um pagamento simbólico até o próximo dia 26, data que as autoridades norte-americanas se reunirão para decidir sobre o rebaixamento do Brasil. O senador disse que Bresser Pereira tentará evitar a desclassificação apenas demonstrando a disposição, do Brasil em negociar a sua dívida, além da apresentação de uma proposta concreta e objetiva. Chiarelli observou que o Peru já conseguiu evitar uma desclassificação dessa mesma maneira. Mas o sucesso do Peru foi temporário, porque o país foi desclassificado mais tarde.

Sammy adverte

No discurso que fez ontem no Congresso da Venezuela, o presidente José Sarney voltou a advertir os credores externos para o risco que a dívida representa para o desenvolvimento regional. Assessores do presidente interpretaram o pronunciamento como um recado direto aos credores, a quatro dias do reinício das negociações, com banqueiros, nos Estados Unidos.

Segundo o presidente José Sarney, o Consenso da Cartagena, formado por países latino-americanos, concluiu que o endividamento não apenas compromete o desenvolvimento regional, como também traz reflexos na estabilidade política da região.

Simplificar nosso sistema financeiro, a nova tarefa do Bird

A missão do Banco Mundial (Bird) que chegará segunda-feira próxima ao Brasil acelerará o processo de reorganização do sistema financeiro do País e a simplificação, por exemplo, de alguns compulsórios, que não serão majorados. A informação foi dada ontem pelo diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Bucchi, ao adiantar que a primeira parcela de empréstimo que o Bird está disposto a injetar no projeto é de US\$ 500 milhões, relativa ao orçamento fiscal do organismo, de julho de 87 a junho de 88. Mas, depois deverá aplicar mais recursos na reforma, disse Bucchi.

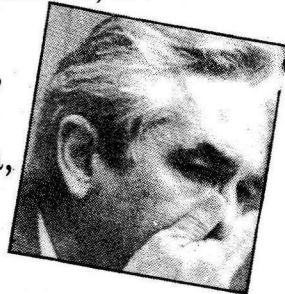
Segundo o diretor da área bancária do BC, o que motivou o interesse do Bird nesse projeto foi "a palavra simplificação". O maior objetivo da reforma é a dilatação dos prazos com a consequente redução dos custos do dinheiro para o tomador final, "tornando o sistema mais ágil", explicou.

O diretor do BC, que voltou recentemente de uma viagem de contatos com o Banco Mundial, disse que nos encontros ficaram definidos os seguintes pontos comuns no projeto de reorganização do sistema financeiro: redução dos custos de intermediação do sistema, simplificação dos instrumentos financeiros, redução do controle sobre o sistema e criação de padrões para gestão dos bancos estaduais, a fim de que eles sejam administrados de forma mais competente. Para tratar do mesmo assunto, virá ao Brasil dia 26 próximo o chefe de divisão do Tradé Finance Industry do Bird, Dimitris Papageorgiu, disse Bucchi.

Nova alta da prime rate: 9,75% a do Chemical.

O Chemical Bank de Nova York elevou ontem sua taxa de juros preferencial (prime rate) de 9,25% para 9,75%, uma semana depois que outros grandes bancos norte-americanos aumentaram sua taxa para 9,25%. Enquanto isso, os preços das ações na Bolsa de Nova York sofriram nova queda. A média industrial Dow Jones, que quarta-feira registrara um recorde de queda para um único pregão, ao perder 95,46 pontos, baixou ontem 57,61 pontos, ficando em 2.335,09. O preço médio de uma ação comum retrocedeu 87 centavos de dólar. O mercado vem sendo sacudido pelas preocupações provocadas pelo persistente déficit comercial com os Estados Unidos.

É muito simples: depositam-se alguns milhões de dólares (400, souberam os credores) em conta sob regime de caução num banco neutro. Dessa forma, esse dinheiro não é entregue aos bancos a que devemos, o País não sai da moratória, mas com esse "pagamento simbólico" evita o rebaixamento à categoria de mau pagador que o banco central dos EUA pode aplicar no dia 26. A fórmula foi apresentada ontem, a senadores, pelo próprio ministro Bresser Pereira, na tarde em que Fernão Bracher (foto) conversava, em Washington, com autoridades americanas sobre nossa dívida.



Os Estados Unidos não acreditam que os nossos negociadores queiram acordo já

Os Estados Unidos estão duvidando de que o Brasil queira alcançar um rápido acordo na renegociação de sua dívida, não dando importância a um prazo importante para os bancos americanos, que vence dentro de dez dias. As ameaças de retaliações ao comércio externo brasileiro, por causa da questão da informática, não foram adiadas, mas apenas suspensas, podendo ser aplicadas a qualquer momento.

Uma fonte do governo americano, que criticou o Brasil nas áreas da dívida e da informática, numa conversa com o *Jornal da Tarde*, ontem, ressaltou que os dois problemas são independentes, afastando qualquer insinuação de que as prometidas sanções comerciais sejam usadas como pressão para a conclusão de um acordo para a renegociação da dívida.

"Trata-se apenas de uma coincidência", garantiu. Mas ele acrescentou que os atritos na área comercial, entre os dois países, deverão ser mais frequentes, quando passar a nova Lei de Comércio dos Estados Unidos, atualmente tramitando pelo Congresso.

É verdade que o Brasil não está com pressa de alcançar um acordo com os bancos? — perguntou ao assessor especial para a renegociação da dívida, Fernão Bracher, após um corre-corre pelo trânsito das esquinas das ruas 15 e J, diante do Departamento do Tesouro, em Washington, onde ele chegou às duas da tarde, ontem, para uma visita totalmente inesperada.

Bracher ria da corrida, dizendo que não estava escapando mas procurando o seu carro e estranhou a dúvida do governo americano sobre a sinceridade do Brasil nas negociações. Suas declarações:

"Não sei o que significa isso... Essa reunião de agora está sendo feita a pedido do Brasil. A reunião do dia 25 foi feita também a nosso pedido. De modo que estamos vindo aqui para sentar e discutir. Tenho a impressão de que isto é absolutamente infundado. Esse cavalheiro que assim falou fez alguma proposta?"

— Não. Disse que o Brasil não está dando importância ao dia 26 de outubro (quando uma comissão interministerial americana decidirá se os credores do Brasil terão que reclassificar seus empréstimos, acumulando novos e grandes prejuízos por causa da moratória brasileira) — respondeu.

"O que queremos é a solução final do problema. De fato, não estamos agoniados com uma solução intermediária. E nós acreditamos que seja possível alcançar uma solução ainda este ano (...) Não é que nós não estejamos dando importância. Mas acho que é uma importância menor do que aquela da solução total (...) Não adianta dar um passo agora se a perspectiva não é de solução".

jogo

MARCO ANTONIO ROCHA

Aparentemente já está tudo resolvido entre o Brasil e seus credores, faltando especificar pormenores e obter uma espécie de luz verde da parte de Sarney.

Foi muito importante, nesse sentido, o que aconteceu durante esta semana. A intrigante pantomima encenada em Brasília, que muitos interpretam como ridículo minuetto entre Sarney e Ulysses, e deste com seus parceiros no interior do PMDB, na verdade constitui-se numa bateria de testes para ambos os lados. Sarney testou o espírito-de-corps do PMDB e a capacidade de reação do partido. Ulysses testou sua capacidade de liderança interna e o PMDB testou sua própria coesão e possibilidades de determinar os rumos do governo.

Não sabemos, é claro, qual a conclusão que cada uma das partes está retirando dos testes e, portanto, não seríamos capazes de especular sobre os rumos dessa procissão da política brasileira. Aliás, não sendo comentarista de assuntos políticos eu nem deveria estar entrando nessa seara. Acontece que o desatamento do não econômico-administrativo está impondo, parece-me, um desatamento do não político e depende disso para prosseguir.

A entrevista recente de Andrea Calabi, secretário do Tesouro, mostrava o núcleo de todo o não econômico: as fontes de recursos para investimentos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, estão secas. De modo que estrategicamente a economia brasileira e o próprio mandato restante de Sarney estão num impasse, mesmo que o quadro conjuntural possa ser considerado relativamente be-

Ali, na esquina das ruas F e 15, Fernão Bracher disse que as negociações começam hoje, a partir de 9h30, com o Comitê dos Bancos Credores, e que está disposto a ficar até o Natal, "se preciso for". Mas ele gostaria de voltar antes ao Brasil.

A fonte do governo americano que falou antes ao *Jornal da Tarde* previu que só um acordo provisório poderia resolver o problema que vai crescer a cada dia, até o dia 26. Bracher, que falara há pouco em "solução total", descartaria agora a idéia de um pagamento simbólico que evitaria o pior — se para os bancos o prazo marca um registro geral de enormes prejuízos, para o Brasil pode significar o isolamento do sistema financeiro internacional.

— Mas você falou antes de sair do Brasil que estava disposto a encomendar um pagamento antecipado... — disse-lhe um repórter.

"Não. Não vi a imprensa brasileira de hoje, ainda. Mas esse negócio aí é uma confusão muito grande. Reitero sempre: o objetivo da negociação é o de ter uma conclusão final, satisfatória, para o Brasil. Todos os caminhos que levem a este objetivo (...) são coisas válidas".

O que teria trazido Fernão Bracher ao Departamento do Tesouro, em Washington, tão inesperadamente? Ele próprio revelou muito pouco. Confirmou que se encontrou com o subsecretário David Mulford, com os assistentes Peter McPherson e Bruce Juba, e um representante do FMI (Fundo Monetário Internacional). Segundo ele, não havia nenhuma novidade na posição do Brasil: a proposta continua a mesma apresentada no dia 25 de setembro, e que foi acrescida de sugestões de princípios gerais, pelos banqueiros, no dia 2 de outubro. Agora, na esquina, cercado por alguns repórteres, ele esperava Antonio Pádua Seixas, que tinha ficado no Departamento do Tesouro, para seguirem juntos, no carro que afinal apareceu, para os escritórios do advogado William Rogers, antes do voo noturno para Nova York.

"Foi um encontro extremamente agradável!" — resumiu, sem entrar em detalhes. Mudou a posição americana? "Não". Ouviu algum pedido? "Não". Um banqueiro americano, pela manhã, tinha revelado, a este jornal, que na semana passada, o Comitê dos Credores, uma proposta que foi examinada era a de que o Brasil faria um pagamento simbólico dos juros suspensos com a moratória, em torno de US\$ 400 milhões de dólares, e que outros US\$ 600 milhões seriam repartidos entre os bancos credores, com um empréstimo-ponte, e com o Departamento do Tesouro.

A fonte do governo americano que criticou o Brasil, na manhã de ontem, descartou

O que move o nosso Sarney?

nigno. Quem olha os indicadores e pára por aí pode não ver nenhum motivo de preocupação ou inquietação: a inflação continua "baixa" (bem menor do que em tempos recentes), a balança comercial vai bem, a atividade econômica anda um pouco retraída mas, sem dívida, é exagero comparar com a recessão de 82-83 — enfim, muitos jornalistas econômicos estão realmente apostando no Plano Bresser por causa disso.

No entanto, é mais além e mais adiante que está o problema: como recompor a capacidade e a disposição de investimento do setor público e dos setores privados brasileiros — investimento de médio e longo prazo. Para citar um exemplo limite, o da Petrobrás. A empresa não apenas precisa continuar investindo na produção como está na iminência de ter de reajustar de novo suas refinarias para diminuir a produção de óleo combustível e permitir a concomitante expansão da utilização do gás natural. E onde está a grana para isso? Não há. A indústria nacional de bens de produção, principalmente no setor elétrico, está trabalhando com carteiras curtas de pedidos, carteiras que não garantem coisa alguma em termos de planejamento, programação e, portanto, investimento. Uma firma des- perde no mínimo três anos entre a decisão de investir e tornar esse investimento operacional.

Bom, a questão então é absolutamente lógica: restaurar a capacidade de investimento do setor público através do aumento de impostos e redução de despesas; restaurar os atrativos à poupança externa, através de um

um tal envolvimento da parte do Departamento do Tesouro, classificando as negociações como independentes. Mas não negou a influência dos Estados Unidos, expressa nos votos de seu representante no Banco Mundial, ou nos encontros entre o secretário James Baker com o ministro Bresser Pereira, que chegou a alterar um plano de renegociação, e com ministros de outros países, o que abriu espaço para que um acordo com o FMI só seja feito depois de concluídas as negociações com os bancos comerciais.

Para esta mesma fonte, o prazo do dia 26 não deve ser desprezado, sendo "extremamente importante mesmo para o Brasil". As relações entre os dois países já estão tensas por causa dos últimos atritos na área de informática, e a passagem do prazo as agravaria ainda mais.

O governo americano não adiou a aplicação de sanções. Só "não tomou uma decisão", nesta terça-feira, quando se reuniu o Conselho de Política Econômica, presidido pelo secretário James Baker. Questionada sobre as razões que levaram a Microsoft a recorrer diretamente ao representante comercial da Casa Branca, Clayton Yeutter, e não ao Conin (Conselho Nacional de Informática e Automação) ou à Justiça Brasileira, em sua briga com a Scopus, a fonte explicou:

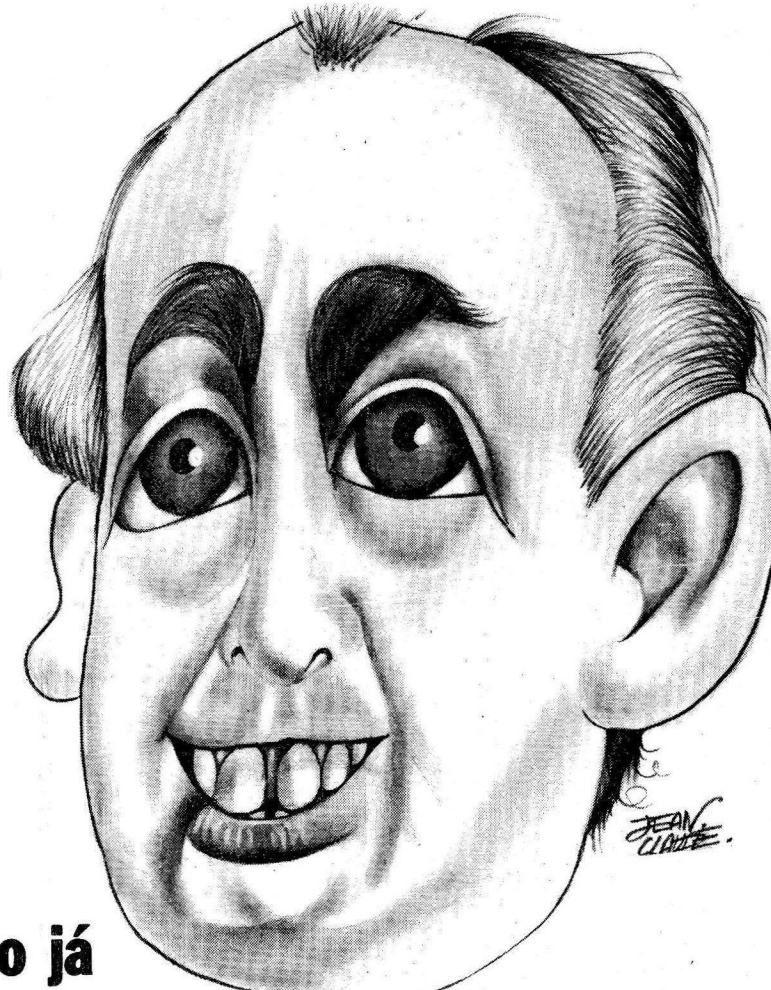
"O caso da informática foi iniciado pelo governo americano. É algo entre governos, diferindo do processo iniciado pelas farmácias, uma iniciativa da indústria privada."

A mesma fonte ainda deixou claro que o Conin não pode ser considerado independente, sem um passado que lhe dê credibilidade. Mas quatro das seis licenciadas da Microsoft no Brasil, segundo informações que chegaram a Washington, estariam querendo recorrer ao Conin. Outra surpresa é a de que a Microsoft teria concluído, à base de testes, que o programa que a SEI (Secretaria Especial de Informática) considerou similar ao seu é diferente. Para ela, não há nenhum instrumento evitando que os Estados Unidos decidam, a qualquer momento, a execução de medidas retaliatórias recomendadas por uma comissão interministerial que se reuniu há duas semanas.

"Está no ar. Pode ser a qualquer momento."

A fonte lamentou que os problemas se somem de um lado e de outro para perturbar as relações entre os dois países. A situação política delicada no Brasil, a Constituição, a renegociação da dívida, a briga da informática, a briga da indústria farmacêutica, a nova Lei do Comércio norte-americano e outros problemas comerciais que "tendem a crescer no futuro".

Moisés Rabinovici, de Washington



Nossos credores, já prontos para negociar.

Os negociadores da dívida externa brasileira Fernão Bracher e Francisco de Pádua Seixas chegaram ontem a Washington e, com o embaixador Marcellio Marques Moreira, já apresentaram ao Secretário-Adjunto do Tesouro, David Mulford, a proposta que o Brasil fará ao comitê dos bancos comerciais credores.

Por sinal, os 14 principais integrantes do comitê, que falam por 600 pequenas e médias instituições financeiras credoras do Brasil, acertaram ontem, em Nova York, a pauta, que vão debater com os negociadores brasileiros nas reuniões da próxima semana, já então com a participação do presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

O banco norte-americano com maior volume de empréstimos ao Brasil é o Citibank, mas seus dirigentes não querem adiantar as posições que defenderão nesta nova fase de reuniões. "Estamos esperando para ver", disse uma fonte da instituição, à repórter Beatriz Guimarães, "abertos ao que o Brasil tem para apresentar, e só poderemos falar depois de autorizados pelos representantes brasileiros".

Apesar do sigilo, sabe-se que um dos principais tópicos em discussão será o pagamento simbólico dos juros atrasados desde a moratória de fevereiro. A quantia de US\$ 400 milhões não chegou a impressionar um dos membros do comitê, que disse ontem ser esse número sujeito a negociações. A pauta das reuniões inclui as novas taxas de juros, a possibilidade de novos empréstimos ao Brasil, a conversão da dívida em capital.

A gravidade da situação foi ontem comentada pelo diretor da filial de um importante banco privado brasileiro nos Estados Unidos: "Se as autoridades do Icerg rebaixarem, em sua reunião do fim do mês, a qualidade dos empréstimos ao nosso país para *value impaired* (valor prejudicado), ficaria caracterizado um *default*, situação de perda técnica dos bancos ainda não oficializada. Essa perda seria colocada no portfólio do banco, que assim não poderia mais emprestar ao Brasil. O nosso país pensa que o governo dos Estados Unidos poderia interferir no Icerg, mas esse órgão é totalmente independente".

Segundo o mesmo executivo, um dos maiores problemas está nas linhas de crédito a curto prazo, que financiam o comércio exterior brasileiro: "Caso seja decretado o *value impaired*, essas linhas de crédito seriam as primeiras a sofrer, e como consequência todo o nosso comércio exterior iria para o brejo. Se os exportadores não mantiverem esses créditos no sistema de financiamento comercial dentro do País, haveria uma evasão substancial desse dinheiro, novas linhas precisariam ser criadas, e quem iria concedê-las a um país declarado *value impaired*?"

Privatização: empresário explica o sucesso da França.

O empresário Jean-Jacques Faust, diretor presidente no Brasil do Grupo Saint Gobain, um dos maiores da França, acredita na viabilidade de um programa de privatizações no País, mas advertiu que "ninguém vai querer comprar empresa que dá prejuízo". O Saint Gobain, que resultou de um programa de privatizações bem-sucedido, com a venda de 43,3 milhões de ações, controla atualmente 170 empresas e tem um contingente de 140 mil funcionários em todo o mundo.

O êxito de um programa de privatização no Brasil depende de sua organização e de se colocar à venda empresas atrativas ao setor privado, argumenta Faust, lembrando que, "na França, as empresas colocadas à venda apresentavam resultados positivos". Segundo ele, o Brasil poderia seguir o mesmo caminho com êxito, se adotasse um programa semelhante ao francês, ajustado à realidade brasileira. O grupo mantém no Brasil o controle acionário da Brasilit, Metalúrgica Barabá, Vidraria Santa Marina, Ferro Brasileiro e Mineradora Sama.

Para Faust, a participação do Estado em 70% da economia, no Brasil, é exagerada, situação só comparável às dos países socialistas.

"O problema no Brasil é de investimento e de formação de capital. A situação não é favorável à poupança e, se o governo não tem uma indústria funcionando bem, passar o encargo para a iniciativa privada seria o mais conveniente. Numa empresa privada, o pessoal está mais incentivado, tem mais eficiência", disse.

O empresário lembra que nem mesmo os sindicatos marxistas franceses se opuseram à operação que levou o Saint Gobain à iniciativa privada já que o grupo destinou cerca de 20% das 43,3 milhões de ações para venda aos trabalhadores das diversas empresas do conglomerado. O sucesso da operação pôde ser sentido no próprio mercado, onde a procura pelas ações foi superior 2,8 vezes à oferta.

Ele conta que nesse lançamento houve apenas uma restrição à aquisição das ações, para evitar que elas se concentrassem nas mãos de poucos. Fixou-se um limite de venda para cada comprador e se permitiu, também, que 20% dos papéis fossem negociados por estrangeiros. Com isso, o Saint Gobain tem hoje cerca de 1 milhão e 200 mil acionistas na Europa e movimentou um capital de US\$ 4 bilhões. No Brasil, o grupo pretende investir cerca de US\$ 345 milhões nos próximos três anos.

Faust disse ainda que, apesar de os governos militares no Brasil terem sido criticados pela esquerda de estarem a serviço do capitalismo internacional, no fundo foram os mais estatizantes.

Mogi das Cruzes

O governo federal irá abrir uma nova concorrência para tentar privatizar a Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes, em vez de desativá-la. Quem garantiu isso a um grupo de sindicalistas e funcionários da empresa, em Brasília, foi o ministro da Fazenda Bresser Pereira.